

PARECER JURÍDICO

PROCESSO: PROJETO DE LEI Nº 006/2021
PROPONENTE: LEGISLATIVO MUNICIPAL
PARECER Nº 018/2021
REQUERENTE: PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES

EMENTA: "DENOMINAÇÃO DE BEM MUNICIPAL. INICIATIVA PODER LEGISLATIVO. ART. 14º DA EMENDA A LEI ORGANICA 012/2013".

1. RELATÓRIO:

Foi solicitado parecer jurídico acerca da legalidade, formalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei 018/2021 oriundo do Poder Legislativo que trata de denominar a Praça próximo a Avenida Joaquim Gonçalves de Faria, bairro Santa Cruz, com o nome da Senhora "Rita Leite Mendes".

2. PARECER:

O Projeto de Lei visa receber autorização legislativa para denominar a Praça próximo a Avenida Joaquim Gonçalves de Faria, bairro Santa Cruz, com o nome da Senhora "Rita Leite Mendes".

A Emenda a Lei Orgânica Municipal nº 012/2013, em seu artigo 14, inciso IX, estabelece que "cabe à Câmara Municipal deliberar sobre todas as matérias da competência do Município, especialmente sobre denominação de próprios, vias e logradouros públicos". Assim, não pode ser objeto de denominação de bem público decreto municipal como no presente caso. (Decreto Municipal 11.674/2020)

Nestes termos observo que deve partir do legislativo a iniciativa da denominação da a Praça próximo a Avenida Joaquim Gonçalves de Faria, bairro Santa Cruz, com o nome da Senhora "Rita Leite Mendes". Mais a frente a Emenda a Lei Orgânica Municipal nº 012/2013, em seu artigo 85, § 2º, estabelece que "não se dará nome de pessoas vivas aos bens municipais de qualquer natureza".

Nesse particular está acostado aos autos do processo legislativo a certidão de óbito da homenageada, cumprindo o que determina a legislação municipal.

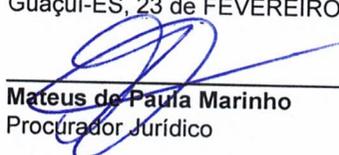
Conforme se vê do projeto oriundo do Poder Legislativo, é possível concluir que o mesmo compreende os requisitos necessários para denominar a Praça próximo a Avenida Joaquim Gonçalves de Faria, bairro Santa Cruz, com o nome da Senhora "Rita Leite Mendes".

CONCLUSÃO:

Ante o exposto, em atendimento à solicitação de parecer pela Presidência, **OPINAMOS** pela regular tramitação do presente Projeto de Lei, cabendo ao Egrégio Plenário apreciar o seu mérito.

É o parecer.

Guaçuí-ES, 23 de FEVEREIRO de 2021.


Mateus de Paula Marinho
Procurador Jurídico

